




Observatório da Oposição

9 DE SETEMBRO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 64

DEPUTADO FEDERAL
EV AIR
D E M E L O
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



A conivência do governo Lula com o assédio sexual de seu ministro “defensor dos direitos humanos”



**MARCOS
ROGÉRIO** SENADOR MARCOS ROGÉRIO
LÍDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

DIREITOS HUMANOS

2

POLÍTICA

3

DEFESA

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

DEPUTADO FEDERAL

EVAIR
DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



DIREITOS HUMANOS

A conivência do governo de Lula com o comportamento de assédio sexual de seu ministro “defensor dos direitos humanos”.

O governo Lula se mostrou moroso e omissivo diante das estarrecedoras notícias de assédio sexual e moral atribuídas ao então ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, que chegou a se valer da máquina pública na defesa de seus interesses pessoais e para tentar desqualificar os denunciantes.

- Os relatos de assédio sexual praticado pelo ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, eram de conhecimento do governo Lula desde meados de 2023, quando seu nome foi ventilado para a vaga no Supremo Tribunal Federal – STF, segundo apurou a reportagem do O Globo.
- Entretanto, Lula e seu governo resolveram alegar desconhecimento das denúncias somente agora, reconhecendo o caso como grave, quando da repercussão da matéria publicada pelo portal Metrôpoles, estartada pelas denúncias de assédio sexual apresentadas pela organização Me Too Brasil e fundada em apuração feita pela reportagem.



- Diante das denúncias apresentadas por vítimas de Silvio Almeida junto à organização Me Too Brasil, o colunista Guilherme Amado do Metrôpoles [apurou com 14 pessoas, entre ministros, assessores do governo e amigos da ministra Anielle Franco](#), relatos de episódios de assédio, todos ocorridos em 2023, que incluíam **“toque nas pernas da ministra, beijos inapropriados ao cumprimentá-la, além de o próprio Silvio Almeida, supostamente, ter dito a Anielle expressões chulas, com conteúdo sexual”**.
- Inclusive, agora diante da repercussão do caso, a ministra precisou ser ouvida formalmente pelos ministros da CGU, da AGU, das Mulheres, e de Gestão e Inovação, no Palácio do Planalto, [confirmando as denúncias](#) na tarde do dia 6. Pelo seu relato chegou-se à conclusão de que a ministra foi vítima de importunação sexual e assédio por parte de Silvio Almeida.



Importunação sexual

Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.

- O ministro de Lula, mesmo diante de toda a gravidade das denúncias de assédio sexual, resolveu rechaçá-las com o uso da máquina pública, se colocando na posição de vítima e adotando uma postura beligerante contra a organização Me Too Brasil, que apenas abriu espaço para que, eventualmente, outras vítimas pudessem criar coragem de se manifestarem ou de buscar apoio.
- Na tentativa de desqualificar a instituição, que acolhe vítimas de assédio sexual, o ministro resolveu denunciar a ONG por tentativa de moldar um edital de licitação milionária. Atribuindo as denúncias anônimas de assédio ao fato de ter impedido o desiderato da organização. Além de questionar sua atuação no caso, perante o judiciário.
- Denúncias reveladas pela mídia nos últimos dias (Veja, Metrôpoles, Folha de São Paulo, Estadão e O Globo) são desde registros da época em que Silvio Almeida dava aulas na universidade São Judas Tadeu, em São Paulo, a situações de assédio ocorridas enquanto ministro de Estado.

- Diante do inegável, Lula que havia se silenciado no dia 5, mudou de postura horas após Janja republicar no story do seu perfil do Instagram foto beijando a Ministra de Igualdade Racial, em evidente apoio. No dia seguinte, em entrevista à Rádio Difusora de Goiânia afirmou ter tomado conhecimento das denúncias no dia anterior. Mesmo assim, dando a entender que a saída do ministro estaria atrelada a investigações a serem conduzidas pela polícia federal, ministério público e Comissão de Ética da Presidência da República. No entanto, no início da noite não teve outra saída a não ser anunciar a demissão de Silva Almeida, após sua recusa a sair do governo.
- Entretanto, a conivência do governo foi latente, conforme exposto pela mídia nacional. Mesmo porque, a [cúpula da CGU – Controladoria-Geral da União tinha conhecimento das denúncias atribuídas ao ministro de Estado de Lula há pelo menos 15 dias](#), segundo apurado pelo colunista Igor Gadelha do Metrôpoles. Ainda assim, o governo insiste em dizer que não tinha conhecimento prévio das denúncias.
- Os casos de denúncia de assédio não são isolados. O [blog de notícias de Matheus Leitão na Veja](#) apurou que Silvio Almeida, enquanto professor na universidade São Judas Tadeu, entre os anos de 2007 e 2012, também foi acusado de assédio. Segundo a reportagem, as estudantes ouvidas relataram que o agora ministro “*oferecia notas melhores se as estudantes tivessem encontros com ele*”.
- Outro ponto que chama a atenção na postura do “ministro defensor dos direitos humanos” é a quantidade de processos instaurados naquele ministério para apurar denúncias de assédio moral praticado tanto por ele quanto por sua secretária-executiva e chefe de gabinete. Somente até janeiro deste ano, foram abertos 10 procedimentos internos para apurar denúncias de assédio moral, segundo apurou via LAI a [reportagem de Mateus Araújo, do portal UOL](#). Número que poderia ser maior, se não fosse o medo de represálias. Ex-servidores entrevistados pela reportagem, que preferiram não registrar formalmente os casos de assédio, relataram episódios de “ordens dadas aos gritos, prazos de trabalho inviáveis, crises de ansiedade e orientação para gravar reuniões em busca de divergências na equipe”.



- Diante da explosão de denúncias, o ex-secretário de Direitos da Criança e do Adolescente do MDHC, Ariel Castro, resolveu se pronunciar: “Eu soube que muitos colegas que iniciaram comigo deixaram o ministério por desrespeitos do ministro (sic)”.



Dameres: Se Lula não afastar Silvio Almeida, vai soar como conivência

“Outra alternativa não resta ao presidente Lula, neste exato momento, a não ser o afastamento imediato deste ministro. Imediato”

“Se o ministro dos Direitos Humanos continuar no cargo após assediar mulheres e até ministra da 'Igualdade Racial', Lula vai decretar que em seu governo assédio é direito humano?”, questionou o parlamentar.





POLÍTICA

Governo amplia gastos com viagens, mas quer aumentar impostos para fechar o orçamento

Em 2023, o governo federal aumentou em 28% o número de viagens, de 606.348 para 773.966, com os gastos subindo 49%, totalizando R\$ 2,09 bilhões em comparação aos R\$ 1,40 bilhões de 2022. Esse aumento de despesas, enquanto se discute a elevação de impostos, revela contradições na gestão fiscal do governo.

Síntese

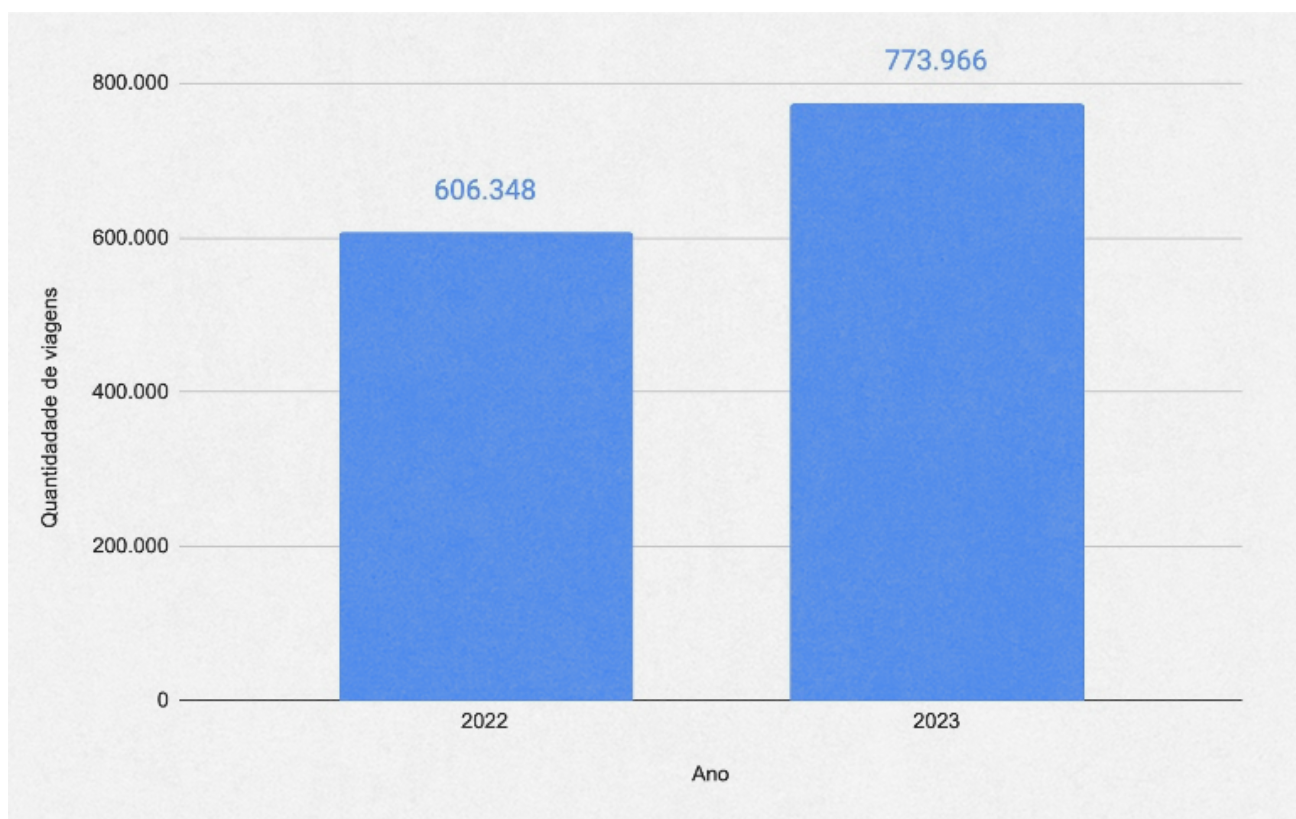
- O governo federal aumentou em 28% o número de viagens em 2023, passando de 606.348 para 773.966, enquanto os gastos cresceram 49%, totalizando R\$ 2,09 bilhões em comparação aos R\$ 1,40 bilhões de 2022.
- A disparada nas despesas, em meio ao debate sobre aumento de impostos, expõe contradições na gestão fiscal do governo.



Análise

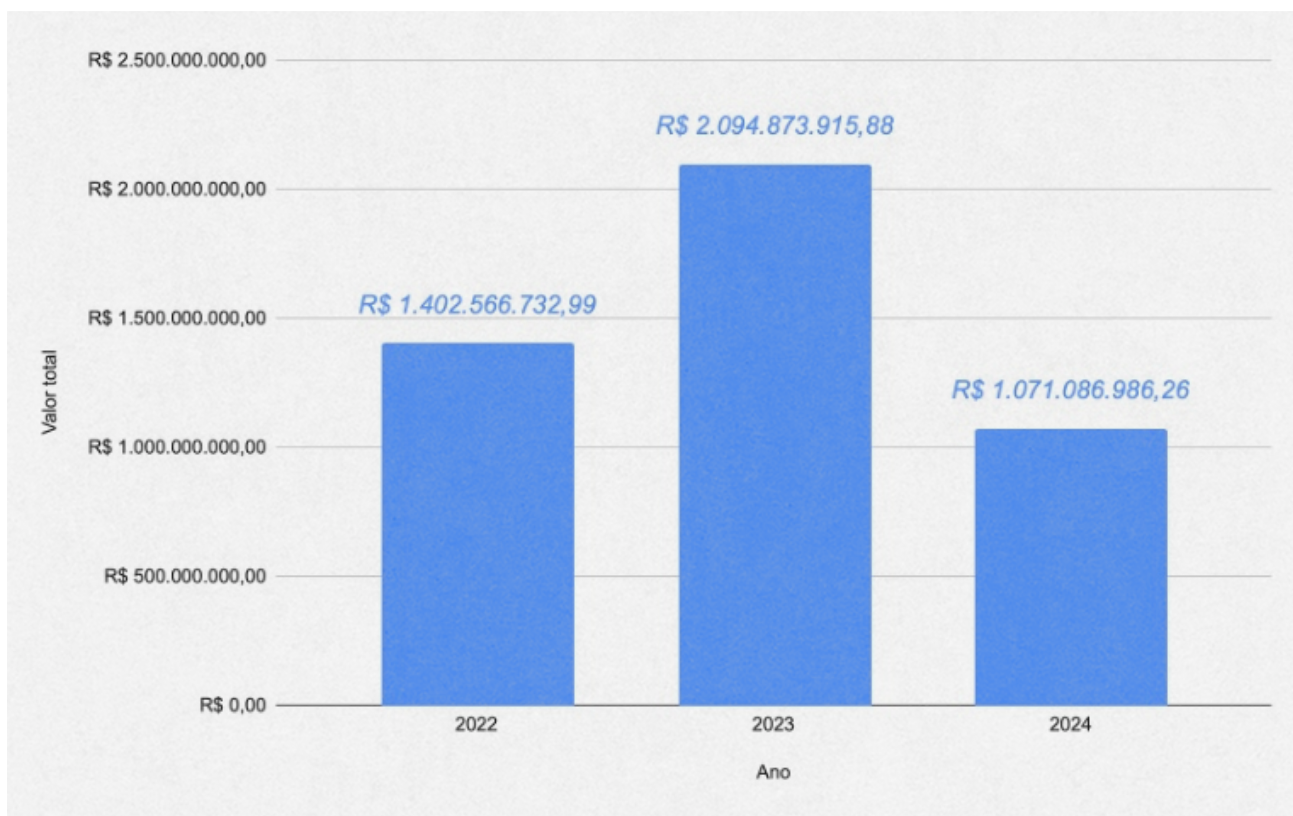
- Embora o governo federal tenha ampliado em 28% o número de viagens em 2023, passando de 606.348 para 773.966, as despesas aumentaram ainda mais, registrando um crescimento de 49%. Os gastos passaram de R\$ 1,40 bilhões para R\$ 2,09 bilhões, gerando questionamentos, sobretudo porque isso ocorre em meio ao debate sobre a necessidade de elevação de impostos para fechar o orçamento.
- Além disso, o crescimento expressivo nos gastos com viagens, em um momento em que o governo justifica o aumento de tributos como essencial para equilibrar as contas públicas, expõe uma contradição clara entre o discurso oficial e a prática adotada. Alternativas viáveis, como o uso de videoconferências e a priorização de viagens essenciais, poderiam ajudar a reduzir essas despesas.
- Até agosto deste ano, os gastos com viagens já atingiram 76% do total de 2022, sugerindo que o cenário fiscal de 2024 poderá ser ainda mais crítico. Em contraste, o governo Bolsonaro manteve uma postura de maior austeridade fiscal, o que ressalta as diferenças de gestão entre os dois governos, especialmente em um ano eleitoral.

Grafico 1 - Quantidade de viagens - 2022 e 2023



Fonte: [Painel de Viagens](#).

Gráfico 2- Valor total gasto com viagens por ano.



Fonte: [Painel de Viagens.](#)

- Ademais, [emenda do líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues \(PT/AP\)](#), ao orçamento de 2024 previu a concessão de passagens aéreas semanais para ministros, sem a necessidade de justificarem compromissos de trabalho, o que geraria um custo adicional de R\$ 2,6 milhões ao ano.
- Ministros como Paulo Teixeira e Camilo Santana estão entre os que mais viajaram, com indícios de que parte dessas viagens possa ter sido motivada por compromissos eleitorais, em detrimento de justificativas oficiais.



DEPUTADO FEDERAL
EV AIR
DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Tabela 1 - Ministros que realizaram mais viagens

Ministro	Ministério	Nº de Viagens
Luiz Paulo Teixeira Ferreira	Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	88
André Luiz Carvalho Ribeiro	Esporte	86
Celso Sabino	Turismo	68
Silvio Almeida	Direitos Humanos e Cidadania do Brasil.	67
Carlos Henrique Fávaro	Agricultura e Pecuária	66
Luciana Santos	Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.	66
Rui Costa	Casa-Civil	65
André de Paula	Pesca e Aquicultura	64
Wellington Dias	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil.	62
Sílvio Costa Filho	Portos e Aeroportos	54

Fonte: [Painel de Viagens.](#)

Tabela 2 - Ministros que realizaram que mais gastaram com viagens

Ministro	Ministério	Valor total
Mauro Vieira	Relações Exteriores	R\$ 446.393,92
Celso Sabino	Turismo	R\$ 344.772,22
Carlos Henrique Fávaro	Agricultura e Pecuária	R\$ 334.709,62
André Luiz Carvalho Ribeiro	Esporte	R\$ 315.477,88
Luiz Paulo Teixeira Ferreira	Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	R\$ 290.008,23
Alexandre Silveira	Minas e Energia	R\$ 275.335,25
Wellington Dias	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil.	R\$ 267.297,85
Sônia Guajajara	Povos Indígenas	R\$ 241.886,73
Nísia Trindade	Saúde	R\$ 237.646,82
Márcio França	Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	R\$ 235.692,90

Fonte: [Painel de Viagens.](#)

- O ministro com recorde de 88 viagens, Paulo Teixeira, registrou uma [viagem oficial de nº 20150248](#) para participar do lançamento da campanha de Boulos. E mais, pagou no total R\$ 5.183,09 para uma viagem para Brasília-São Paulo de última hora, justificando oficialmente a urgência como sendo: "Devido a dinâmica da agenda, deslocamento ficou fora do prazo esclarecendo que é importante a participação nas atividades descritas, por tratar-se de assuntos inerentes a pasta".



Fonte: Revista [Isto é](#) - "Com Lula e ministros, Boulos confirma candidatura à prefeitura de SP". Os ministros Paulo Teixeira e Alexandre Padilha estão sentados no canto direito.

- Camilo Santana (Educação) fez 55 viagens, sendo 24 para o Ceará, [comunicou que está de férias para apoiar a campanha de Evandro Leitão \(PT\)](#) à prefeitura de Fortaleza, Embora Santana esteja participando ativamente da campanha de Evandro, inclusive, em [passeatas](#), não identificamos despacho oficial de Lula autorizando suas férias. Pelo contrário, o ministro parece ainda estar tentando conciliar com o [cumprimento de agendas no ministério](#) e no [Palácio do Planalto](#).
- Por fim, a prática recorrente de viagens para fins eleitorais exige maior fiscalização e transparência. Ministros têm utilizado compromissos oficiais para impulsionar campanhas regionais, o que desvia o foco da gestão pública. Esse comportamento reforça a necessidade de um controle mais rigoroso sobre o uso dos recursos públicos

Finep: o "BNDES paralelo"

Sob a gestão de Luís Fernandes, o MCTI possibilitou que a Finep firmasse R\$ 11,4 bilhões em 2023, oferecendo empréstimos com juros abaixo do mercado. No entanto, a crescente concentração de poder no Secretário-Executivo do MCTI, o aumento do orçamento da estatal e o sigilo nas transações levantam preocupações sobre a transparência e a eficácia no uso desses recursos.

Síntese

- A gestão do MCTI sob Luís Fernandes permitiu à Finep firmar R\$ 11,4 bilhões em 2023, com empréstimos a juros muito abaixo do mercado.
- A recente concentração de poder na figura do Secretário-Executivo do MCTI, a ampliação do orçamento da estatal e o sigilo das transações suscitam preocupações sobre a transparência e eficácia na utilização desses recursos.

Análise

- A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), sob o comando do PT e do PCdoB, está se transformando em um "BNDES paralelo". A ampliação do orçamento e dispêndios da Finep em um único ano, o sigilo dos projetos e a concentração de decisões financeiras em Luís Fernandes levantam preocupações sobre transparência e fiscalização.
- O orçamento da Finep cresceu 33% no primeiro ano do governo Lula, atingindo R\$ 68,6 bilhões em verbas de investimento. Em 2023, a empresa expandiu sua carteira de crédito, com [R\\$ 11,4 bilhões em contratos firmados, o maior valor desde 2014](#).



Fonte: Finep. Produzido pelo veículo "Uol".

- A estatal tem distribuído empréstimos com juros significativamente abaixo do mercado para empresas de diversos setores, desde fábricas de batata frita até lojas de roupas online. Para fins comparativos, enquanto o BNDES oferece taxas de 5,9% ao ano e os bancos comerciais cobram entre 20% e 30%, a [Finep concede financiamentos a taxas](#) que variam de 2,87% a 5,00% ao ano (TR + 2,8% a TR + 4,3%, respectivamente).
- O crescimento no orçamento e a concessão de empréstimos com juros abaixo do mercado destacam a entidade como alternativa ao BNDES. Mas nem tudo são flores.



O detalhamento dos projetos financiados é sigiloso, em razão de envolverem segredos industriais e patentes, dificultando a capacidade de fiscalização pública das iniciativas. Na [Central de Painéis](#) da Finep, que faz as vezes de uma página de transparência, há apenas informações mais genéricas sobre os projetos aprovados, como o instrumento, título do projeto, proponente e valor total.

- Dentre esses contratos firmados, destacam-se os valores dos projetos, que alcançam altas cifras, como a concessão de R\$ 334 milhões para a Fosnor S/A, R\$ 260 milhões para a Oleoplan S/A e R\$ 259 milhões para a Volkswagen do Brasil.
- Chamam atenção ainda a concessão de crédito para projetos que podem ser questionáveis do ponto de vista estratégico, como o financiamento de um showroom virtual para loja de roupas infantis (R\$ 43 milhões) e de um centro de pesquisas para uma fábrica de batatas fritas congeladas (R\$ 111 milhões).
- Essas ocorrências nos trazem a baila sobre a discussão sobre a conveniência de direcionar esses investimentos para setores considerados prioritários em planos estratégicos de pesquisa e inovação no Brasil, como o [programa Nova Indústria](#).
- Acreditamos que seria recomendável também que os dados fossem apresentados em formato aberto, uma vez que o modelo atual, disponibilizado em um BI, dificulta a extração de informações para análises externas.
- Além disso, a transparência seria ainda ampliada com a divulgação dos sócios das empresas beneficiadas pelos créditos da Finep, o que permitiria uma análise automatizada sobre entidades e grupos de empresas favorecidos.

- Por fim, a sugestão inclui o uso dos parâmetros que elucidem a natureza da aplicação, como pesquisa básica ou aplicada, e ainda macro temas, como saúde, educação, aeroespacial.
- **De acordo com levantamento realizado pelo veículo "Uol", a gestão financeira e autorizações dos projetos da Finep têm se concentrado na figura do secretário-executivo MCTI, Luís Manoel Rebelo Fernandes.**
- De fato, a prática instituída e a interpretação dos normativos vigentes do FNDCT, fundo que supre grande parte dos recursos da FINEP, permitem a compreensão de um acúmulo de poder no Secretário-Executivo do MCTI.
- Conforme a [Resolução n.º 845/2024](#), o secretário preside o Comitê de Coordenação (Art. 5º, I), sendo responsável por consolidar os Programas de Investimento e o Plano Anual de Investimento (Art. 3º, I e II), além de liderar a elaboração e homologação dos Termos de Referência (Art. 3º, IV). Também tem poder para decisões urgentes ad referendum do comitê, de acordo com a [Portaria MCTI n.º 7.773/2023](#) (Art. 4º, V). A priori, são atribuições de caráter técnico, que poderiam ficar melhor desempenhadas por outras entidades, como a própria FINEP.
- No órgão deliberativo, por ser o substituto do Ministro no Conselho Diretor (inciso III do art. 1º do [Decreto n.º 8.851/2016](#)), o Secretário-Executivo do MCTI [preside-o nas ausências do titular](#) ([Resolução n.º 845/2024](#), Art. 3º, §1º). Todavia, por força de delegação explícita da ministra, Fernandes tem atuado com ampla autonomia deliberativa e conduzido às reuniões, mesmo quando a titular está presente.

"Por fim, fez a importante declaração a seguir, sobre a condução dos trabalhos do CD-FNDCT: "com vistas a garantir uma maior agilidade e integração entre o CD e o Comitê de Coordenação do FNDCT - CCF no tocante ao planejamento e à execução das ações, tanto na condução dos debates como das deliberações, **decide delegar a atribuição de Presidente do Conselho Diretor ao Sr. Luis Fernandes, Secretário-Executivo do MCTI, nos termos do Art. 3º, da Lei 11.540, de 12 de novembro 2007 (Mensagem da Ministra no Anexo 1 doc. Sei n.º 11177572).**"

[Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do FNDCT - CD/FNDCT Exercício de 2023.](#)

- Na prática, a reorganização dos papéis promovida pela ministra Luciana Santos e seu secretário-executivo, Luis Fernandes, representa uma alteração na estrutura de governança previamente estabelecida. Em essência, a organização estabelecida visava separar funções técnicas, relacionadas à proposição do portfólio de investimentos, e deliberativas, referentes à decisão final sobre a aprovação dos projetos. No contexto atual, o secretário atua pré-selecionando e aprovando iniciativas conforme o seu melhor juízo.
- Nesse sentido, consideramos que seria prudente a implementação da separação de papéis entre as atribuições técnicas e deliberativas para os projetos que utilizam os recursos do FNDCT, com o objetivo de distribuir as responsabilidades e poderes para aprovação das iniciativas.

Alterações nas Normas de Fundos de Pensão Beneficiam Gestores Acusados pela Operação Greenfield

A proposta do governo de flexibilizar normas dos fundos de pensão, apoiada por pessoas com histórico de fraudes nesses fundos, levanta suspeitas de proteção a envolvidos em irregularidades investigadas pela operação Greenfield. Críticos alertam que as mudanças podem enfraquecer a punição de gestores e favorecer interesses privados, comprometendo a segurança dos participantes.

Síntese

- Proposta do governo para afrouxar as normas dos fundos de pensão, respaldada por indivíduos com histórico de fraudes nesses fundos, sugere uma possível proteção a réus envolvidos em irregularidades investigadas por operações como a Greenfield.
- Críticos alertam que as mudanças podem dificultar a punição de gestores e favorecer interesses particulares em detrimento da segurança dos participantes dos fundos de pensão.

Análise

- [do Estadão](#) deu transparência à proposta do governo Lula para alterar normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) que regulam os fundos de pensão, as quais trazem consigo questionamentos sobre a [Reportagem](#) intenção e os possíveis impactos das alterações para transparência e combate à corrupção.



- A Previc está propondo mudanças que relaxam punições e flexibilizam restrições sobre investimentos arriscados, isentando agentes não decisórios de responsabilidade por pareceres favoráveis e ampliando limites para imóveis e FIPs, o que pode facilitar práticas fraudulentas semelhantes às investigadas pelo MPF.
- A minuta da Previc inclui ainda o conceito de "ato regular de gestão", exigindo a prova de intenção maliciosa para punir gestores, e, se incorporado ao CMN, poderá afetar também processos criminais.
- De acordo com a reportagem, os três principais responsáveis pela proposta de atualização das regras dos fundos de pensão têm histórico de envolvimento em irregularidades: Alcinei Cardoso Rodrigues, diretor de normas da Previc, foi réu por aprovar aportes de R\$ 85 milhões em investimentos arriscados sem análise de riscos, denunciado pelo MPF na Greenfield. João Paulo de Souza, diretor de fiscalização da Previc, enfrenta processo administrativo por descumprir normas e colocar beneficiários em risco. Antonio Braulio de Carvalho, ex-diretor da Funcef e atual diretor da Anapar, é acusado pelo MPF de ignorar alertas e procedimentos internos ao aprovar investimentos questionáveis no FIP GEP e na compra de cotas do FIP OAS com base em um laudo falho da Deloitte.
- Especialistas alertam que as alterações propostas pela Previc podem criar um precedente que beneficia réus por fraude e gestão temerária, permitindo a aplicação retroativa das novas normas. Criticam ainda a influência de ex-gestores acusados na formulação das normas, sugerindo uma possível captura do órgão regulador pelos regulados.

“É um sinal da captura do órgão regulador pelos regulados.”
Luís André Azevedo, professor de Direito da FGV-SP, ao veículo ["Estadão"](#).

- Por fim, a reportagem revela ainda documentos que indicam pressão para acelerar a aprovação da minuta no CMN, com o diretor da Previc acusando a Fazenda de não cumprir um acordo de votação em junho e um parecer de Alcinei Cardoso Rodrigues dispensando a análise de impacto regulatório, apesar das consequências evidentes e vultosas do ponto de vista financeiro.
- Em resumo, a proposta de alteração das normas dos fundos de pensão, que enfrenta críticas de entidades e especialistas, é conduzida por indivíduos com histórico de irregularidades nas entidades e apresenta indícios de pressão para uma aprovação sem maior discussão e transparência

TRE-SP MANTÉM CONDENAÇÃO DE LULA E BOULOS POR PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA

Por unanimidade, tribunal entendeu que discurso de Lula violou as regras eleitorais, e como sanção, aplicou multa aos aliados de esquerda

- No dia 03 de setembro de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, manteve a decisão que condenou o candidato a prefeito de São Paulo, capital, Guilherme Boulos (PSOL) e o Presidente da República, Lula da Silva por propaganda eleitoral antecipada no ato realizado em comemoração ao dia do trabalhador.
- Rememorando, o dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador, foi marcado pela realização do evento denominado “Festival Cultura e Direitos”, evento que virou um verdadeiro comício eleitoral, contando com a presença das centrais sindicais na Arena Neo Química, estádio do Corinthians, na Zona Leste de São Paulo. O atual candidato a prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL-SP), esteve presente no ato, ao lado do Presidente de República, que pediu explicitamente votos ao aliado, e na época, pré candidato a Prefeito de São Paulo:



- *“Eu vou fazer um apelo, cada pessoa que votou no Lula em 89, em 94, em 98, em 2006, em 2010, em 2022, tem que votar no Boulos para prefeito de São Paulo”, disse o presidente.*
- *“Esse jovem, ele está disputando uma verdadeira guerra aqui em São Paulo. Ele está disputando com o nosso adversário nacional, ele está disputando contra o nosso adversário estadual e ele está disputando contra o nosso adversário municipal. Ele está enfrentando três adversários. E, por isso, eu quero dizer para vocês, ninguém derrotará esse moço aqui se vocês votarem no Boulos para prefeito de São Paulo nas próximas eleições”, acrescentou.*
- O pedido explícito de votos a pré-candidatos é vedado pela legislação eleitoral em período de pré-campanha, Lei 9.504/97, só podendo ocorrer após o início oficial da campanha, estando sujeito à multa por descumprimento.
- A condenação do candidato Boulos, segundo decisão do TRE, ocorreu pela “inequívoca ciência” a respeito da “antecipada e indevida propaganda” feita pelo Presidente Lula. Em decisão, o relator do caso, desembargador Encinas Manfré apontou: **“Pois, não bastasse estar presente no ato desse evento, externara ele concordância ao proferido, uma vez que aplaudira (com palmas) o discurso pronunciado alto e bom por Luiz Inácio Lula da Silva”**
- A condenação por propaganda antecipada foi mantida, por unanimidade, acompanhando o arbitramento de multa. O candidato Boulos deve arcar com o pagamento de 10 mil reais e o Presidente Lula com o pagamento de 15 mil reais, conforme regras da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/1997) e na Resolução TSE nº 23.610/2019.



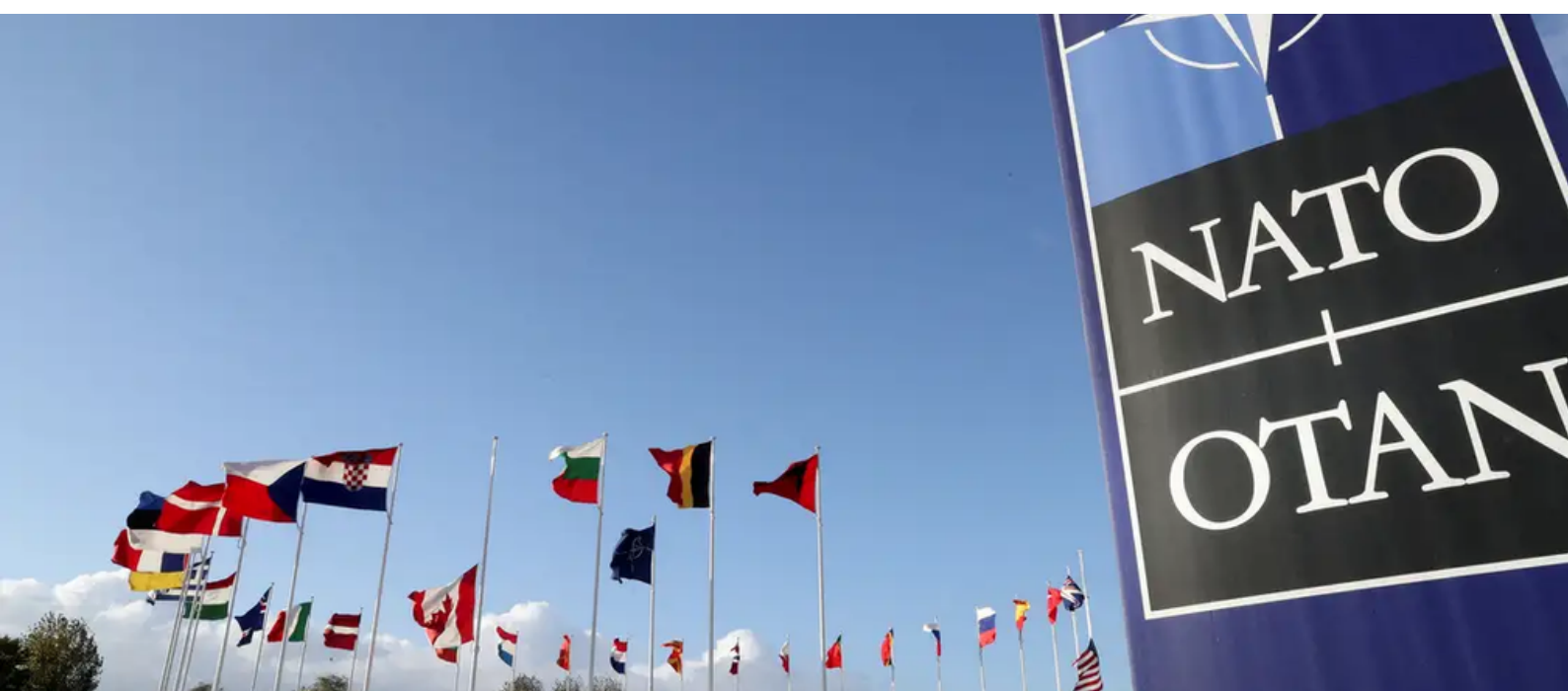
DEFESA

Defesa Nacional à deriva

Por questões ideológicas, presidente Lula e seu assessor especial interferem em licitação internacional feita pelo Exército e comprometem o futuro da Defesa Nacional

- No final da semana passada, o Portal UOL publicou uma matéria afirmando que o Assessor Especial da Presidência e ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim conseguiu convencer o presidente Lula a travar a compra de 36 blindados (sistema Atmos) fabricados por Israel. Segundo o Ministério da Defesa, o processo licitatório foi correto e sem margem para qualquer interpretação. A empresa israelense Elbit Systems venceu a bilionária licitação, cumprindo com todas as exigências do certame, bem como ofereceu as melhores contrapartidas (offset tecnológico). Os produtos e a tecnologia israelense nas áreas de defesa, segurança e inteligência são reconhecidos mundialmente, especialmente pela sua confiabilidade.
- O motivo para que a importante licitação em curso fosse suspensa é de natureza ideológica. Em fevereiro deste ano, o presidente Lula classificou como “genocídio” e “chacina” a ação de Israel na Faixa de Gaza em resposta aos ataques terroristas promovidos pelo Hamas. A fala de Lula foi proferida durante a 37ª Cúpula da União Africana, na Etiópia. Após o pronunciamento gravíssimo do presidente do Brasil, o ministro das Relações Exteriores de Israel, Yisrael Katz publicou em sua rede social que “nós não perdoaremos e não esqueceremos – em meu nome e em nome dos cidadãos de Israel, informei ao presidente Lula que ele é persona non grata em Israel até que se desculpe e se retrate por suas palavras”. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu também demonstrou total insatisfação com a “leitura de cenário” feita por Lula. “As palavras do presidente do Brasil são vergonhosas e graves. Trata-se de banalizar o holocausto e de tentar prejudicar o povo judeu e o direito de Israel se defender”, afirmou Netanyahu.

- A compra realizada pelo Exército Brasileiro junto a empresa israelense é de extrema importância para a força terrestre. Segundo o próprio Exército, “a aquisição dos blindados tem por objetivo modernizar e ampliar a capacidade e a efetividade de apoio de fogo da Artilharia de Campanha”. Vale ressaltar que o Exército ainda usa blindados que foram incorporados pela força terrestre entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1970.
- Para uma melhor compreensão da diferença de capacidade bélica dos equipamentos adquiridos, os obuseiros atuais do Exército demoram até 15 minutos para dar o primeiro tiro e levam oito minutos para disparar dez tiros. Com o sistema Atmos, serão cinco minutos para o primeiro tiro e até seis disparos por minuto. Os blindados israelenses adquiridos pelo Exército possuem o chamado “padrão OTAN”, com projéteis de 155mm e eventualmente poderão ser empregados até mesmo nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).
- Não só o Exército Brasileiro possui contratos na área de Defesa com Israel. A Marinha do Brasil, por exemplo, depende daquele país para a manutenção das turbinas de seus caças de ataque A4 Skyhawk (23 unidades). A Força Aérea Brasileira usa a tecnologia israelense em boa parte de seus sistemas, radares, drones e aviões. Polícias militares e civis de muitos Estados brasileiros também compram armamentos e munições de empresas israelenses, assim como centenas de empresas de segurança privada brasileiras, que utilizam equipamentos e softwares de vigilância eletrônica fazendo com que o Brasil seja um dos maiores clientes da indústria de armamentos e tecnologia de Israel.



- A alta cúpula das Forças Armadas está extremamente desgastada com o entrave, mas não consegue “quebrar a hierarquia” e “tirar Celso Amorim do ombro” do presidente Lula. Até o Partido dos Trabalhadores se pronunciou sobre o caso, recomendando ao presidente Lula que cancelasse a licitação, alegando que “não há como fazer negócios com um país que promove o genocídio”.
- A aquisição dos blindados israelenses é essencial para que o Programa Estratégico do Exército (PEEx) de Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP), que tem por objetivo modernizar e manter as instalações e meios militares do Brasil, esteja a pleno vapor. O OCOP está alinhado com a Política Nacional de Defesa, mas esse recente capítulo ideológico envolvendo Lula, Amorim e a Defesa Nacional demonstra claramente que os dois primeiros não possuem capacidade de conduzir a Defesa Nacional, muito menos decidir sobre os rumos geopolíticos do Brasil.



Caso AVIBRAS

- Um outro caso de demonstração de inaptidão do governo em curso sobre assuntos relacionados à Defesa Nacional é o atual cenário de recuperação judicial da Avibras. Fundada em 1961, por engenheiros do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a empresa brasileira atua na área de defesa, na construção de aeronaves, desenvolvimento e fabricação de veículos espaciais para fins civis e militares. Há dois anos, a empresa busca um acordo para se reestruturar financeiramente, com negociações em andamento para uma possível venda a investidores estrangeiros. O governo brasileiro não trata o caso como prioridade.
- A Avibras sempre ocupou espaço no mercado de defesa. Especialmente durante as décadas de 1980 e 1990, a empresa se destacou positivamente pelo seu sistema ASTROS (sistema de lançamento de foguetes múltiplos de artilharia), vendendo seus produtos para diversos países, incluindo o Oriente Médio. Os mísseis de cruzeiro tático de longo alcance e mísseis de curto e médio alcance, conhecidos por sua eficiência em combates terrestres, também ganharam destaque no cenário internacional. O aumento da demanda por armamentos e o desempenho exportador contribuíram para uma situação financeira sólida. No entanto, crises econômicas globais e mudanças no mercado de defesa, juntamente com questões internas de gestão, prejudicaram a estabilidade financeira da empresa nos últimos anos.
- A empresa sempre foi considerada um dos pilares da indústria de defesa brasileira, e seus produtos são utilizados tanto pelas Forças Armadas do Brasil quanto por outros países ao redor do mundo. Arábia Saudita (um dos maiores clientes), Malásia, Indonésia, Catar, Iraque, Bahrein, Angola, Emirados Árabes Unidos, Peru e Omã adquiriram quantidade razoável de produtos, especialmente o sistema ASTROS.



- Empresas especializadas no mercado de defesa nacional são fundamentais para a soberania e segurança do país. Elas garantem a produção interna de equipamentos militares, reduzindo a dependência de fornecedores estrangeiros, o que é crucial em situações de conflito ou crises internacionais. Além disso, fomentam o desenvolvimento tecnológico e científico, geram empregos qualificados, impulsionam a economia e promovem a capacidade de defesa nacional. A inovação no setor de defesa também pode gerar tecnologias que são aplicadas no mercado civil, beneficiando diversos setores industriais. A Avibras não foge a essa regra.
- No final de agosto, a Justiça Federal, da 3ª Vara de São José dos Campos, intimou o Governo Federal para que se pronuncie, em até 72 horas, na ação civil pública movida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que cobrou na ação uma solução para a crise da Avibras. O sindicato pede uma decisão declaratória liminar para que a Avibras seja objeto de proteção do Estado, para manutenção dos empregos, regularização dos salários e defesa da soberania do país. A ação argumenta que se trata de uma empresa estratégica, essencial para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e fundamental para a segurança e defesa nacional contra atores externos. O maior credor da recuperação judicial da Avibras é o próprio Estado brasileiro, a quem a empresa deve R\$396 milhões, em razão de dívidas contraídas junto ao BNDES, Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e Banco do Brasil, além de débitos tributários.
- Caso a Avibras consiga “sobreviver” a essa crise, o Brasil conseguirá se manter no topo do ranking da indústria de defesa da região. Destacam-se nesse ranking outros países sul-americanos, como a Argentina (com a estatal Fabricaciones Militares e a INVAP), o Chile (FAMAE Fábricas y Maestranzas del Ejército e ENAER) e a Colômbia (Indumil e a CIAC). Essas indústrias desenvolvem tecnologia militar e colaboram com as forças armadas nacionais. No Brasil, além da Avibras, a Embraer Defesa e a AEL Sistemas também fazem parte da base da indústria de defesa nacional. Vale ressaltar que a AEL Sistemas é reconhecida mundialmente por suas inovações e há mais de 40 anos trabalha em parceria com as Forças Armadas Brasileiras. Desde 2001, a AEL Sistemas faz parte do Grupo Elbit Systems, um dos maiores conglomerados de defesa do mundo. E foi justamente a Elbit Systems, empresa israelense, que também venceu a licitação dos 36 blindados, mencionado anteriormente. Pelos últimos acontecimentos descritos, Lula e Amorim estão prontos para deixar a indústria de defesa nacional à deriva.